



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 8 E 9 DE
OUTUBRO DE 2015

1 No dia 8 e 9 de outubro de 2015 realizou-se a 10ª Reunião Ordinária do Conselho
2 Nacional dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos
3 Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de
4 pauta: aprovação das atas da 7ª e da 8ª Reuniões Ordinárias informe sobre a reunião da
5 Comissões de Comunicação e Liberdade de Expressão e da Comissão da População em
6 Situação de Rua, informes da Comissão Organizadora da 12ª Conferencia Nacional dos
7 Direitos Humanos, reforma ministerial e atuação do CNDH, caso Manoel Mattos, casa
8 de Detenção “Urso Branco”, violência contra povos indígenas, violações dos Direitos
9 Humanos em estabelecimentos de medidas socioeducativas, apresentação da facilitadora
10 cedida pela Aldeias Infantis (planejamento estratégico), apresentação de relatório já
11 concluído da comissão atingidos por barragens (apreciação e deliberação), Projeto de
12 Lei 4471/12 (Autos de Resistência), reunião de comissões (escolha dos coordenadores,
13 convidados e agendas), apresentação dos debates produzidos nas comissões,
14 continuação da análise do projeto “Começar de Novo” e proposta de recomendação.
15 Estiveram presentes na reunião os conselheiros e conselheiras **representantes da**
16 **sociedade civil: Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-
17 Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian**
18 **Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular);
19 **Sandra Greco de Fonseca** (Aldeia Infantis SOS Brasil) **Everaldo Bezerra Patriota**
20 (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista
21 Missionário - CIMI, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da
22 População de Rua - MNPR, titular); **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira das
23 Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente); **Carlos Magno** (Associação
24 Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) **Cristiana Soares de**
25 **Holanda** (Associação Brasileira de Ostomizados) **Maria de Lurdes Lima Nunes**
26 (Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH) **Ricardo de Araújo Barreto**
27 (Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB) e **Maria Dirlene Trindade Marques**
28 (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Reprodutivos – RNFS). Como
29 conselheiros **representantes do Poder Público estiveram presentes: Pedro Saldanha**
30 (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Bruno Vinícius Arruda**
31 (Defensoria Pública da União – DPU, suplente); **Paulo Roberto Maldos** (SDH/PR,
32 suplente); **Thiago Garcia** (SDH/PR, suplente) **Aurélio Rios** (Procuradoria Geral da
33 República, suplente) **Luciano Mariz Maia** (Procuradoria Geral da República,
34 suplente); **Mário Henrique Dittício** (Ministério da Justiça, suplente); **Ronaldo**
35 **Guilherme Campos** (Polícia Federal, titular); **Luciana Lóssio** (Conselho Nacional de
36 Justiça – CNJ); **Silvana Abramo** (Conselho Nacional de Justiça - CNJ, suplente).
37 Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH: Cledisson Junior** (Coordenador-
38 Geral do CNDH); **Cristiane Castro da Cruz** (assessora do CNDH); **Cláudio Picanço**
39 **Magalhães** (assessor do CNDH). A reunião contou também com a presença dos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

40 **participantes:** Nádia Furtado Bortolotti (CEDECA); Douglas Rodrigues (Assessoria
41 Internacional/SDH); **Rosane Farias Silva** (apoio ao CNDH); **Priscila Gomes** (apoio ao
42 CNDH); **Igor Valois** (PFDC/MPF); **Marina Lacerda e Silva** (Ministério da Justiça –
43 MJ); **Bruna Lóssio** (assessora – CNJ); **Ivan Brandão** (BANDNEWS); **João Akira**
44 **Omoto** (Ministério Público Federal - MPF) e **Renata Ojas** (Associação dos
45 Magistrados Brasileiros). Dando início à 10ª Reunião Ordinária a Vice-presidente do
46 CNDH **Ivana Farina (CNPNG)** saudou a todos os presentes e disse que compareceu ao
47 Gabinete solicitando a presença do Secretário dos Direitos Humanos recém-empossado
48 Rogério Sottili. Disse que a Medida Provisória de criação do Ministério das Mulheres,
49 da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, apresenta algumas lacunas em relação ao
50 CNDH. O CNDH está nominado como CDDPH, que não existe mais, e também há uma
51 omissão quanto à representação da SEDH no Conselho. O conselheiro **Everaldo**
52 **Patriota (OAB)** questionou se a Ministra teria agenda pra presidir todos esses
53 conselhos do novo Ministério e que acredita que determinar como titular o Secretário
54 Especial de Direitos Humanos como representante da SDH garantiria uma maior
55 presença da Presidência no Conselho. O Secretário dos Direitos Humanos **Rogério**
56 **Sottili (Secretário Especial da SDH/PR)** saudou a todas e a todos e informou sobre o
57 processo da estruturação do novo Ministério. Lembrou o processo de aprovação do
58 CNDH pelo Congresso, e a sua participação na então Secretaria Especial dos Direitos
59 Humanos, promovendo reuniões com o Presidente do Senado, com o Presidente da
60 Câmara e com o Presidente da Comissão pra que se colocasse em pauta a aprovação do
61 Conselho. Relatou sua trajetória na pauta dos direitos humanos, sendo um dos
62 fundadores do MST, no final dos anos 70. Trabalhou com Plínio de Arruda Sampaio,
63 com José Gomes da Silva, nas construções dos planos agrários do PT e na Secretaria
64 Agrária Nacional do PT. Esteve à frente da assessoria na Assembleia Constituinte e foi
65 Secretário executivo do Ministro Paulo Vannuchi durante a sua passagem pela
66 Secretaria de Direitos Humanos. Ressaltou que o Plano Nacional dos Direitos Humanos
67 se constitui hoje em uma referência mundial e ainda em construção. Em seguida, foi
68 convidado para a Secretaria Geral da Presidência. Finalmente, antes do final de dois mil
69 e doze, foi convidado pelo Prefeito Fernando Haddad pra construir a Secretaria de
70 Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo. Como uma das ações da Secretaria de
71 Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo ressaltou os programas: “De Braços
72 Abertos”, que trata da questão de usuários de crack e outras drogas; “Transcidadania”
73 voltado para travestis e transexuais, os trabalhos com a população em situação de rua, o
74 projeto “Ruas de Memórias” e a construção de uma política para migrantes, na cidade
75 de São Paulo. Em seguida, relatou o compromisso assumido pela Presidenta Dilma em
76 relação à reestruturação dos Ministérios. No caso do Ministério das Mulheres, da
77 Igualdade Racial e dos Direitos Humanos houve a reunificação das três pastas, sendo
78 conduzido pela Ministra Nilma Lino Gomes. Como Secretário Especial de Igualdade
79 Racial assumiu Ronaldo Barros, na Secretaria Especial das Mulheres, a Eleonora
80 Menicucci, sendo ele convidado pra assumir a Secretaria Especial dos Direitos
81 Humanos. O desafio maior atualmente são as restrições orçamentárias, que levará a um
82 corte bastante significativo de cargos nas três áreas. Disse que as dificuldades na
83 construção do novo ministério pode ser uma oportunidade de se fazer correções nas
84 articulações entre as áreas, como também na gestão. O novo Ministério terá uma gestão
85 unificada, tendo apenas uma área jurídica, apenas um RH, entre outros. O conselheiro



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

86 **Everaldo Patriota (OAB)** disse que a experiência do Secretário, o seu caminhar, era
87 para um status de Ministro, não para ser um Secretário. Disse que a SDH já não possuía
88 estrutura e que agora serão racionalizados também o jurídico, a gestão e o
89 administrativo. Ressaltou o sonho do Conselho que esperou dezoito anos para deixar de
90 ser CDDPH e se tornar CNDH, com o anseio de ser credenciado na ONU como órgão
91 de Direitos Humanos. Disse que apesar de ser um Conselho paritário, não segue os
92 “Princípios de Paris” e não há autonomia. Disse que a transição é quase que um atestado
93 de óbito ao CNDH. Desejou sucesso ao Secretário e lamentou que os Direitos Humanos
94 não sejam tratados como prioridade. O Secretário Especial **Rogério Sottili (MMIRDH)**
95 disse que dificilmente aceitaria o convite para vir a ser Secretário em condições
96 normais, pois o trabalho na Secretaria Municipal estava em andamento e teria maiores
97 demandas a partir do próximo ano, quando o atual Secretário Eduardo Suplicy sairá para
98 ser candidato a Vereador, mas diante de uma situação de crise, uma situação de
99 fragilidade governamental, se sentiu na obrigação de considerar essa hipótese. A
100 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** desejou boas-vindas e disse que foi uma boa
101 notícia a vinda de Rogério Sottili para a Secretaria. Disse que tem acompanhado a ação
102 da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo que demonstra que é possível
103 fazer com criatividade, disposição política e compromisso, a transformação de uma
104 cidade. Ressaltou os trabalhos do Conselho Municipal de Combate ao Trabalho
105 Escravo, que é único no Brasil. Finalmente disse que o espaço do Conselho é essencial
106 pra evitar retrocessos. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** desejou bom dia a
107 todas e a todos, saudou o Secretário e disse que também trabalhou no MST por dez
108 anos, sendo que nos últimos cinco anos, têm atuado na área indígena. Disse que a
109 situação indígena se agravou muito no Mato Grosso do Sul, na Bahia e na região
110 Amazônica de forma surpreendente. Disse que uma das atuações do Conselho é cobrar
111 uma boa articulação do Secretário com os demais Ministérios de forma a combater as
112 graves violações contra os indígenas. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** se
113 apresentou como chefe da divisão de direitos humanos do Itamaraty e disse que o
114 Itamaraty sempre teve um relacionamento muito estreito e coordenado com as áreas
115 internacionais das três secretarias. Disse que no contexto das Nações Unidas, o Brasil
116 irá receber a visita do Subcomitê de Prevenção da Tortura. Na Comissão
117 Interamericana de Direitos Humanos haverá quatro audiências no dia vinte de outubro,
118 sobre o Brasil. Nos dias vinte dois e vinte três de outubro será realizada em Brasília a
119 reunião do grupo de trabalho da CELAC sobre afrodescendentes, além do trabalho
120 preparatório para a reunião de autoridades de Direitos Humanos no MERCOSUL que
121 será realizado em Assunção, em novembro. Nesse contexto, disse ser importante que o
122 novo Ministério defina sua estrutura de Assessoria Internacional. A conselheira **Maria**
123 **Dirlene (RNFS)** deu as boas vindas e parabenizou pela história de vida do Secretário na
124 atuação em Direitos Humanos. Disse que a situação de direitos humanos está cada vez
125 pior e que o Conselho estava funcionando de forma precária. Ressaltou que, com a
126 apresentação do Secretário, acha que será possível realizar um bom trabalho, mesmo em
127 condições de dificuldade. O conselheiro **Paulo Maldos (SDH/PR)** disse que conhece o
128 Secretário Rogério Sottili há décadas, desde o seu trabalho no MST, atuando em
129 momentos extremamente difíceis e desafiantes, sempre contribuindo numa resposta
130 adequada, do ponto de vista popular. Lembrou que o Secretário participou da luta contra
131 a ditadura, na construção da democracia, na transição e na elaboração da constituição de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

132 88, também nos anos de resistência ao neoliberalismo e no período do governo Lula,
133 com a participação popular. Evidenciou a atuação do Secretário na questão indígena,
134 como na demarcação do território Raposa Terra do Sol e com a demarcação das terras
135 indígenas Guarani-Kaiowá. Por fim, desejou boas-vindas. A Vice-presidente **Ivana**
136 **Farina (CNPB)** disse que apesar das dificuldades da troca de quatro ministros em
137 menos de um ano e meio, o Conselho trabalhará junto com o Secretário Rogério Sottili
138 e conseguirão atravessar as dificuldades. Deixou registrado seu testemunho da presença
139 e contribuição do Secretário na última Conferência Nacional dos Direitos Humanos.
140 Reforçou que a organização da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos está a
141 cargo do CNDH. O Secretário Especial **Rogério Sottili (MMIRDH)** agradeceu a todas
142 e todos e respondeu ao conselheiro Pedro Saldanha (MRE) que a questão Internacional
143 terá acompanhamento articulado e que a Secretaria Especial de Direitos Humanos é
144 signatária da maior parte das convenções, diferente da SEPPIR, e da Secretaria das
145 Mulheres. Agradeceu o acolhimento do Conselho e disse saber das dificuldades e
146 garantiu o compromisso na reestruturação, na reorganização para que possam a partir de
147 dois mil e dezesseis avançar de forma sustentável. A Vice-presidente **Ivana Farina**
148 **(CNPB)** desejou boas-vindas à conselheira Maria de Lourdes Nunes, que é sucessora
149 do companheiro Rildo Marques na representação do MNDH. A conselheira **Maria de**
150 **Lourdes Nunes (MNDH)** cumprimentou primeiramente todos os nordestinos presentes
151 saudando-os pelo dia do nordestino, e disse que espera o apoio de todos e todas nessa
152 nova jornada. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** disse que as atas da sétima e
153 oitava reuniões ordinárias, foram aprovadas, pois não houve retificações e passou a
154 palavra para o Coordenador-Geral Clédisson Junior. O Coordenador-Geral **Clédisson**
155 **Junior (CNDH-SEDH)** disse que a pauta foi definida dentro do regimento, em duas
156 reuniões que aconteceram via Skype e que foram muito produtivas para o conjunto da
157 construção da pauta. Ressaltou o compromisso da Mesa Diretora, que se fez presente a
158 partir dos escritórios de seus representantes. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)**
159 lembrou que a reunião sugerida pelo Ministro Pepe Vargas, com levantamento de custos
160 e despesas deste colegiado, por um técnico da área financeira da SEDH não ocorreu e
161 com relação às comissões, foram feitas as correções das resoluções aprovadas para
162 publicação, faltando serem revisadas para o encaminhamento à imprensa oficial. O
163 conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** cumprimentou os conselheiros e as
164 conselheiras e disse que a primeira reunião da Comissão de Direitos da População em
165 Situação de Rua seria realizada no terceiro Encontro Nacional da População em
166 Situação de Rua que aconteceria no dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e
167 quinze, em Brasília. Em seguida, convidou todas e todos para o terceiro Encontro
168 Nacional da População em Situação de Rua. Relatou as dificuldades para a realização
169 desse encontro devido à crise, mas contou com a ajuda de alguns Ministérios. O
170 Governo do Distrito Federal cederá um espaço para a realização do encontro que
171 contará com a presença de 600 participantes. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)**
172 completou a fala do conselheiro Leonildo Monteiro informando que em Goiânia, o
173 Movimento Nacional de População de Rua procurou vários órgãos, o Ministério Público
174 se organizou, receberam doações de materiais de higiene e pediu que quem pudesse
175 contribuir procurar o próprio conselheiro Leonildo Monteiro ou a conselheira Silvana
176 Abramo. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** agradeceu a fala do conselheiro
177 Leonildo e lembrou que a Comissão Organizadora da décima segunda Conferência



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

178 Nacional dos Direitos Humanos teve seu quinto encontro, com a presença do
179 conselheiro Cristian Ribas, do Coordenador-Geral Clédisson Junior e do assessor
180 Cláudio Picanço e que teve como demanda à questão de dilatação dos prazos para a data
181 da Conferência Nacional, como também Reuniões das Conferências Estaduais. O
182 conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que apenas ele como representante do
183 Conselho havia participado da reunião da Comissão Organizadora, além dos
184 representantes da Secretaria Executiva da SEDH, Ricardo Collar, assessor da SEDH, e
185 Leila, consultora do Comitê Executivo e o assessor Cláudio Picanço. Disse da
186 importância de uma primeira reunião para as definições logísticas e que essa demanda
187 seria urgente devido ao processo licitatório e de todo o trâmite que envolve o processo.
188 Foi sugerido pela própria SDH que essa reunião acontecesse até o final do mês de
189 outubro. Ressaltou a importância do texto base da conferência, que não está pronto e da
190 urgência desse texto para o envio aos estados para as Conferências Estaduais. O
191 conselheiro A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse que participou a convite do
192 CONDEPE de uma audiência pública sobre o Sistema Prisional do Estado de São Paulo,
193 e que tinham mais de cem pessoas, de organizações, familiares de detentos, ex-egressos
194 que apresentaram os seus relatos. A audiência pública contou também com a presença
195 do Secretário Estadual de Justiça e do Secretário Municipal de Direitos Humanos, o
196 Senador Eduardo Suplicy, a Defensoria Pública, a OAB, o Conselho Regional de
197 Psicologia, entre outras entidades. As questões apresentadas na audiência tratavam das
198 revistas vexatórias, do controle de visitas como punição individual ou coletiva,
199 situações de transferências e o caso da saúde dos detentos que se tornou um problema
200 gravíssimo, pois não há suporte pra levar os presos doentes para o atendimento médico,
201 e que muitos presos morrem devido a essa violação. Disse ser crítica à situação da
202 estrutura dos presídios e a falta de oferta de trabalho regulamentado para que seja
203 possível a redução das penas. Relatou uma situação que lhe deixou chocada quanto às
204 revistas vexatórias, principalmente com as mulheres, que já se encontravam nuas e
205 revistadas e que passam pelo detector de metais e mesmo assim esse detector é
206 acionado. Os familiares acreditam que esse fato é mais uma forma que os agentes usam
207 para retaliações aos presos. Outro relato foi às transferências pra presídios distantes
208 como forma de evitar visitas. A conselheira **Maria Madalena Nobre (FBASD)** trouxe
209 dois informes da Federação Brasileira de Síndrome de Down. O primeiro é que será
210 realizado nos dias quinze a dezessete de outubro do ano de dois mil e quinze o sétimo
211 Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down, em Curitiba. Pediu o apoio da SEDH
212 pela importância deste Congresso Internacional, que irá apresentar o plano “Viver Sem
213 Limite” sobre a Política Nacional das Pessoas com Deficiência. O segundo informe
214 tratou da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, impetrada pela Confederação
215 Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) que entrou no Supremo
216 Tribunal Federal pleiteando a inconstitucionalidade de artigos da lei do estatuto da
217 pessoa com deficiência. Os artigos garantem o direito à matrícula da pessoa com
218 deficiência no sistema regular de ensino, seja ele público ou privado. Disse ainda que as
219 escolas particulares dificultam o acesso às pessoas com deficiência, cobrando taxa extra,
220 que vai contra o Estatuto. Três instituições já entraram no Supremo Tribunal Federal
221 solicitando a participação como *amicus curiae*, incluindo a FBASD. O conselheiro
222 **Carlos Magno (ABGLT)** ressaltou que participou da Conferência de Educação em
223 Belo Horizonte e que os representantes das escolas particulares queriam aprovar a não



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

224 inclusão das pessoas com deficiência nas escolas. A Vice-presidente **Ivana Farina**
225 **(CNPB)** pediu que a conselheira Madalena Nobre desse os devidos encaminhamentos
226 para a SEDH, com toda a documentação, pois recentemente o Conselho esteve com a
227 Ministra Rosa Weber para abordar a questão relativa a um processo pendente de
228 julgamento e que poderia ser feito também com o Ministro relator da ADI. O
229 conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** enfatizou que o cumprimento institucional do
230 Conselho tem sido feito. Mesmo com toda a rotatividade, foi discutido e aprovado o
231 regimento, as resoluções de sanção, de fluxo de processo, foi deliberado à criação das
232 comissões e dos Grupos de Trabalho do CDDPH. Acredita que o Conselho não tem
233 espaço na atual política e diz não saber como será cumprido às próximas deliberações,
234 mas ficou satisfeito com a franqueza do Secretário Especial Rogério Sottili. O
235 conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** relatou os recentes casos de intolerância no
236 país, das pessoas assassinadas pela Polícia Militar, dos comentários nas redes sociais
237 onde dizem que “bandido bom, é bandido morto”, relatos de violação nas cidades de
238 Ribeirão Preto e na Grande São Paulo. Acredita que os Direitos Humanos perderam o
239 valor dentro da sociedade e que o Movimento Nacional de População de Rua enfrentará
240 momentos difíceis. Teme pela perda das conquistas sociais e diz não saber lidar com a
241 intolerância. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** cumprimentou todos e todas e diz
242 estar desanimado pelo fato dos conselhos estarem sendo desacreditados diariamente
243 pela mídia e que os problemas econômicos tem dado espaço ao avanço de forças
244 retrógradas. Diz acreditar que a única forma do CNDH se afirmar, ganhar legitimidade,
245 seria através dos resultados, como no caso do Grupo de Trabalho “Urso Branco” e no
246 combate a violação contra povos indígenas. O conselheiro **Cristian Ribas**
247 **(ENEGRECER)** relatou que com a reforma ministerial, o Conselho dará um passo para
248 trás e não será o resultado que os movimentos esperavam, uma reforma que tem
249 algumas deformidades do ponto de vista burocrático e que o próprio decreto possui
250 erros grosseiros de edição. Disse também que a Medida Provisória trará o Conselho
251 Nacional de Juventude para o novo Ministério. Ressaltou que não se pode pensar em
252 Direitos Humanos sem pensar na situação das políticas para as mulheres, da juventude,
253 da igualdade racial, pois são pautas que interagem. Disse ainda que a indicação da
254 Ministra Nilma Lino Gomes foi uma escolha acertada e positiva, não somente pelo
255 simbolismo mais pelo comprometimento na Promoção de Igualdade Racial. O
256 conselheiro **Carlos Magno (ALGBT)** falou da importância da pauta e que a ABGLT
257 lançou uma nota contra a junção dos ministérios por ser um retrocesso do governo, por
258 todas as conquistas históricas e que a SDH foi a materialização de um governo
259 democrático e popular. Questionou como será feita a Conferência Nacional com uma
260 conjuntura negativa de reajustes. O ideal seria uma conversa franca com o Governo
261 Federal, mas considera a atuação do Secretário Especial Rogério Sottili inquestionável,
262 sendo necessária uma resposta estrutural e crítica. O conselheiro **Adelar Cupinski**
263 **(CIMI)** ressaltou a fala do conselheiro Leonildo Monteiro quanto ao fortalecimento das
264 estratégias dos movimentos de rua, no enfrentamento às dificuldades e que o Conselho
265 precisa se firmar perante a sociedade, perante os órgãos públicos e o reconhecimento
266 virá a partir daquilo que for produzido com atuação de qualidade e legitimidade. A
267 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que sempre esteve envolvida na militância
268 dos movimentos sociais e que é professora universitária de profissão. Questionou
269 quanto à posição do governo, que cria leis progressistas, mas que não são



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

270 implementadas. Citou que o PNDH3 foi uma batalha muito intensa dos movimentos
271 sociais e que seria papel dos movimentos impulsionar o Estado como um todo, no que
272 diz respeito ao legislativo, executivo e judiciário. Falou que o CNDH não obterá
273 resultados se não tiver estrutura. Lembrou que a Ministra Nilma Lino Gomes é sua
274 companheira na Universidade Federal de Minas Gerais e acredita numa boa relação para
275 essa reestruturação. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** disse que o CNDH deve
276 não somente cumprir os protocolos e executar reuniões ordinárias pautadas. Disse que
277 se preocupa com a qualidade do Conselho pelo não protagonismo nessa transição à
278 revelia e, por esse motivo, procurou o Secretário Especial Rogério Sottili, para saber a
279 posição da nova Secretaria. Disse compartilhar com todos do mesmo sentimento de
280 inoperância e fragilidade diante dos fatos da mudança, e que o colegiado precisa ser
281 objetivo. Relatou o episódio divulgado no Fantástico, programa da Rede Globo, em que
282 os agentes da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro alteraram a cena de um crime,
283 para desvirtuar a apuração do caso. Apresentou os dados, com números de mortes por
284 PM no ano de 2015, que é 63% maior do que em 2014. Citou um vídeo em que um
285 soldado ensina como usar a mão da vítima para por uma arma, fazer disparar e não
286 deixar rastro. Em seguida, a Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** sugeriu que o
287 Conselho apresente sua resolução de autos de resistência, que acompanhe o PL que está
288 na Câmara e que se faz necessário o apoio de uma assessoria de comunicação para
289 mostrar ao Brasil que o CNDH está reunido e não admite a ausência de medidas para
290 conter o aumento do número de mortes. Finalmente concluiu que deveria ser chamada a
291 imprensa para uma coletiva e mostrar que as ocorrências são pautas e prioridades para o
292 CNDH. A conselheira **Luciana Lóssio (STJ)** registrou seu apoio irrestrito a Vice-
293 presidente **Ivana Farina (CNPB)** e disse achar fundamental superar as dificuldades
294 operacionais e partir para ações concretas, reafirmando a importância do Conselho.
295 Concluiu parabenizando a Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** por essa proposta
296 louvável. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** apoiou a proposta, mas mostrou
297 preocupação quanto aos possíveis questionamentos dos órgãos de comunicação sobre os
298 próximos passos do Conselho. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)** respondeu que
299 o colegiado terá que cobrar ações nos estados e se reunir com os secretários de
300 segurança para cumprir a questão do fim dos autos de resistência. O conselheiro **Carlos**
301 **Magno (ALGBT)** reforçou a importância do encaminhamento imediato de um ofício do
302 Conselho aos secretários de segurança, exigindo um acompanhamento rigoroso dos
303 casos de violência policial. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** relatou que no
304 estado de Alagoas, a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, provocada pelo
305 Conselho Estadual dos Direitos Humanos, protocolou na Procuradoria Geral de Justiça,
306 a relação de mais de 60 casos de pessoas mortas em confronto com a polícia em 2014, e
307 que no período de 01 de Janeiro a 30 de junho, já foram 54 casos. Disse que o
308 Secretário de Justiça de Alagoas declarou publicamente “que bandido que não se
309 entrega, morre”. Afirmou que o protocolo do “Brasil Mais Seguro” do Ministério da
310 Justiça deve combater os autos de resistência, reforçando a perícia no local e o
311 recolhimento de arma para perícia e os exames necroscópicos. Recomendou que o
312 Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, seja provocado a tomar frente a todas as
313 operações de violações dos Direitos Humanos relacionadas com os autos de resistência.
314 A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** reiterou a fala da conselheira **Luciana**
315 **Lóssio (STJ)** da importância de se utilizar a mídia, tanto escrita como falada, para



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

316 resgatar todo o processo de credibilidade, não só para promover a defesa dos Direitos
317 Humanos, mas para divulgar a importância do trabalho do Conselho. A Vice-presidente
318 **Ivana Farina (CNPJ)** deu andamento ao caso Manoel Mattos, um caso federalizado
319 que se encontra em andamento. Disse que estão em questão três fatos. O primeiro fato
320 seria a suspensão da proteção policial ao Deputado Federal Luiz Couto que sofre
321 ameaças desde mil novecentos e noventa e nove. O Deputado vinha de uma atuação
322 muito destacada na CPI de grupos de extermínio no Nordeste, na CPI do tráfico de
323 armas, na CPI de desaparecimento de criança e adolescentes, e com isso ele continuou
324 alvo de diversas ameaças. O Deputado Luiz Couto, juntamente com o Deputado
325 Fernando Ferro, acompanharam a solicitação ao Conselho na federalização do caso
326 Manoel Mattos. Quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos definiu a
327 medida cautelar de proteção a Manoel Mattos, a Comissão incluir a senhora Nair Ávila,
328 mãe de Manoel Mattos, Moacir Bezerra Mattos pai de Manoel Mattos, Cintia e Maxwell,
329 filhos dele e o Deputado Federal Luiz Couto, ao lado de Fernando Ferro, também então
330 Deputado Federal pelo estado de Pernambuco. Disse que essa medida cautelar foi
331 cumprida num determinado momento, depois ela foi suspensa. Leu em seguida o ofício
332 da DIGNITATIS que relata a suspensão da escolta ao deputado. A Vice-presidente
333 **Ivana Farina (CNPJ)** acredita que a conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** terá papel
334 fundamental, porque o caso está no CNJ como prioridade. Por fim, requer a diligência
335 da comissão para tramitação do inquérito policial, que deve está no MPF da Paraíba. A
336 Vice-presidente **Ivana Farina (CNPJ)** informou que o inquérito do mandante
337 tramitava no TRF e não na Justiça Federal, por conta do agente político ter foro
338 privilegiado. Agora, por não ser mais agente público, o processo foi devolvido ao
339 Tribunal Regional Federal do Pernambuco. Sugeriu que o Conselho se reúna com MPF
340 da Paraíba, mostrando os fatos noticiados, e com o Ministro da Justiça para saber como
341 ele recebe a notificação do STJ. Em seguida, disse que o deputado Luiz Couto já
342 procurou o Ministro da Justiça e ele teria dito que a questão tem que ser resolvida na
343 Polícia Federal. Disse que seria aconselhável que o conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)**
344 acompanhasse essa tramitação no Ministério da Justiça, porque isso envolve
345 cumprimento da Corte Interamericana, de medida da Comissão. O conselheiro **Pedro**
346 **Saldanha (MRE)** relatou que é um procedimento que já foi arquivado e que então não
347 teria vigor, isso seria uma decisão do governo brasileiro decidir autonomamente. A
348 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** questionou se o mandato do Deputado está vigente
349 e se por conta disso já não estaria sobre proteção. A Vice-presidente **Ivana Farina**
350 **(CNPJ)** respondeu que sim, que ele já está sob proteção policial. Em seguida
351 apresentou o próximo ponto de pauta que trata da apresentação do Centro de Defesa da
352 Criança e do Adolescente do Ceará – CEDECA/CE, que veio relatar a situação das
353 unidades socioeducativas do estado do Ceará. A convidada **Nadja Furtado Bortolotti**
354 **(CEDECA)** agradeceu a recepção do Conselho por ter atendido essa solicitação de
355 pauta, e disse que o CEDECA, junto com a sociedade civil cearense, tem acompanhado
356 desde dois mil e oito a situação do sistema socioeducativo. Relatou que a partir de dois
357 mil e quatorze a situação de gravidade das unidades se tornou crítica. Do ano passado
358 até o mês de outubro ocorreram cinquenta rebeliões nas unidades socioeducativas,
359 sobretudo da capital que atualmente são sete. São relatadas dezenas de denúncias de
360 tortura e fuga de mais de duzentos e cinquenta adolescentes. Disse que existem três
361 unidades socioeducativas interditadas judicialmente por ações civis públicas da



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

362 Defensoria Pública e do Ministério Público, que são as unidades de internação
363 definitiva. As outras três unidades de internação provisória masculina só não estão
364 interditadas judicialmente, porque houve um recurso do governo do estado e a liminar
365 foi caçada por uma decisão da Presidenta do Tribunal de Justiça. Isso fez com que,
366 grande parte dos adolescentes que estavam nessa unidade que houve interdição parcial,
367 fosse para as outras três unidades fazendo com que tenhamos hoje superlotação nessas
368 três unidades e internos sentenciados juntos com os provisórios. As unidades tem
369 capacidade para sessenta adolescentes, mas estão atualmente com duzentos e quarenta.
370 A questão não se restringe à superlotação, porque mesmo nas unidades em que não há
371 superlotação estão acontecendo rebeliões, casos de violência institucional e de tortura,
372 como choques elétricos, bala de borracha direcionada aos dormitórios de adolescentes
373 que estão trancados, adolescentes que foram alvejados com balas de arma de fogo. Há
374 informações de que algumas dessas rebeliões têm sido provocadas pelos instrutores
375 educacionais, que para reivindicar condições melhores de trabalho, têm provocado os
376 adolescentes, deixando-os sem água, reduzindo alimentação, como forma de também
377 justificar a violência de que eles são alvo. Os salários e as condições de trabalho dos
378 socioeducadores são péssimas. Eles ganham mil reais para ficar em regime de plantão
379 nessas unidades. São contratados por ONGS que terceirizam a cogestão. O sistema
380 socioeducativo do Ceará fica a cargo da Secretária do Trabalho e Desenvolvimento
381 Social. Mostrou fotos das visitas feitas juntamente com as organizações do fórum DCA.
382 Quando ocorreu o ingresso de policiais, foram requisitados mais de cinquenta exames
383 de corpo de delito, pois os adolescentes estavam todos marcados. Na unidade de São
384 Miguel houve uma fuga em massa, em que quatro dos adolescentes que fugiram foram
385 executados dias depois. Dentre eles, um foi notícia nacional por ser filho do Preto Zezé,
386 presidente da CUFA – Central Única das Favelas. Uma das unidades que estava
387 parcialmente interditada, o Centro Educacional Patativa do Assaré, foi destruída na
388 última rebelião porque estava tendo restrição de acesso a alimentação na unidade e
389 ausência de água potável. Disse que há um depoimento do juiz da execução, doutor
390 Manoel Clístines, da Vara de Execução da Comarca de Fortaleza-CE, onde ele dizia que
391 acompanhou várias inspeções policiais em que foram retirados de dentro da unidade,
392 celulares, coçocos, barras. Porém, em menos de vinte quatro horas, houve uma rebelião
393 com os adolescentes serrando grades. Ressaltou que foram identificados indícios de
394 irregularidades na gestão dessas unidades que é feita em cogestão com ONGS, não
395 havendo seleção pública para os instrutores e para as equipes técnicas. Há duas
396 semanas, foi inaugurada uma nova unidade chamada de Canidezinho, essa unidade
397 dispunha de recursos do Governo Federal desde pelo menos dois mil e nove. A unidade
398 de recepção de adolescentes chamada de triagem Luiz Barros de Azevedo, que fica do
399 lado da delegacia, encontra-se superlotada. No interior do estado, existem unidades de
400 semiliberdade, mais os juízes do interior, querem internar e mandam os adolescentes do
401 interior para a Capital. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** relatou a convidada
402 Nadja, que é juiz no Ceará e também juiz da infância, numa comarca de Vara única, e
403 acrescentou que todo o relato da convidada reflete a realidade. Disse que no Ceará
404 quando se trata de adolescentes e menores infratores existem duas situações: ou ele
405 cometeu um crime grave, normalmente homicídios, latrocínios, algo do tipo e vai
406 realmente para o regime de internação, ou quando é regime de semiliberdade quando
407 são mantidos os internos com as famílias. Disse que se tivesse a possibilidade de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

408 realmente salvaguardar em regime de semiliberdade seria muito melhor do que colocar
409 o jovem numa situação de tranca. Acrescentou que são quatro no meio de cento e
410 oitenta e quatro comarcas que analisam os casos dos adolescentes e, como não há a
411 possibilidade da semiliberdade, os jovens são encaminhados para a quinta vara da
412 infância em Fortaleza-CE. A convidada **Nadja Bortolotti (CEDECA-Ceará)** disse
413 entender que uma das grandes questões é a inexistência de política de liberdade assistida
414 também no interior, mas o que se tem de informação é que as unidades de semiliberdade
415 do interior estão aquém da sua capacidade e que mais ou menos metade das crianças
416 que estão na capital são do interior, então uma das coisas muito importantes seria a
417 interiorização. A principal questão não é a superlotação, e sim as práticas direcionadas a
418 esses adolescentes. As situações encontradas no estado do Ceará estão presentes em
419 outros estados, conforme descritos nos relatórios do Conselho Nacional de Justiça e do
420 Conselho Nacional do Ministério Público. Finalmente solicitou providências frente a
421 essa situação, especialmente uma visita in loco em parceria com o CONANDA e o
422 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e uma nota pública registrando a
423 preocupação com essa situação no estado do Ceará e a criação de uma comissão
424 especial pra monitoramento das medidas de privação de liberdade de adolescentes, além
425 de outras que forem do Conselho. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** desejou boa tarde
426 a todas e todos e agradeceu a presença da convidada Nadja Bortolotti. Acrescentou ser
427 lamentável que isso ocorra no país inteiro, não seria privilégio do Ceará. Disse que o
428 sistema socioeducativo sobre franco ataque, pois a sua ineficiência gera o discurso em
429 favor da redução da maioria penal e que o SINASE não foi implementado. Disse que
430 o Brasil corre o risco de promover alterações profundas no ECA. Disse concordar
431 inteiramente com as propostas trazidas pela convidada. Para concluir, disse que
432 infelizmente os fatos são graves, com provas inclusive, e que está em contato com o
433 Ministério Público Federal no Ceará e também com a Promotoria de Justiça ligada às
434 Varas de criança e adolescentes. O conselheiro **Ricardo Barreto (AMB)** saldou o
435 CEDECA do Ceará e disse que na sua condição de juiz cearense e participante do
436 CNDH quer validar o que foi pedido pela convidada Nadja Bortolotti e tentar
437 sensibilizar o Conselho para que atendesse a todas as reivindicações. Finalmente
438 colocou-se a disposição para atuar dentro do Ceará, seu estado, na solução ou no
439 encaminhamento de algo que seja necessário. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**
440 concordou com as falas anteriores, e disse que o Conselho tem estado presente em
441 vários lugares e que em São Paulo a situação também é muito grave. Falou da
442 necessidade que o CNDH tem de dar visibilidade a essa matéria e tenha ações concretas
443 e veementes. Disse que quer acompanhar as propostas pertinentes e que a Comissão da
444 População em Situação de Privação de Liberdade deve iniciar seus trabalhos nesse
445 ponto, e em seguida, com o acúmulo dos colegas conselheiros que já vem de trabalhos
446 das Comissões anteriores, avançar nessas questões. O conselheiro **Carlos Magno**
447 **(ALGBT)** reforçou também a importância do trabalho realizado pelo CEDECA do
448 Ceará e relatou o recebimento de um relatório do Conselho Estadual dos Direitos
449 Humanos de João Pessoa sobre uma inspeção realizada no Centro Educacional de
450 Jovens em Mangabeiras. O relatório foi entregue para o Ministro pelo conselheiro
451 Renan Palmeiras, que é um militante LGBT do Movimento Espírito Lilás de João
452 Pessoa. Disse que vai entregar novamente esse relatório á Mesa Diretora, pois o
453 conteúdo é muito parecido com o que a convidada Nadja Bortolotti trouxe. Ressaltou a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

454 importância da Comissão da população em Situação de Privação de Liberdade iniciar os
455 seus trabalhos. O conselheiro **Paulo Maldos (SEDH)** sugeriu que fosse feita uma
456 solicitação para que o mecanismo de Combate à Tortura fosse integrado ao
457 planejamento de visitas ao sistema sócio educativo. O conselheiro **Everaldo Patriota**
458 **(OAB)** falou que poderiam traçar um diagnóstico de que o sistema socioeducativo é um
459 desprezível sistema de contenção de pessoas e nem como contenção de pessoas ele é
460 adequado. Disse que a sociedade está discutindo a questão da redução da maioria
461 penal como se os adolescentes estivessem no céu, e que mesmo nesse céu fazem
462 rebeliões. É preciso que se diga à sociedade que o SINASE nunca foi implantado.
463 Relatou que no estado de Alagoas, nada difere o sistema socioeducativo do sistema
464 prisional, inclusive são agentes que são os gestores e o que é pior, estão na mesma
465 secretaria de presídios. A secretaria de ressocialização é a mesma que toma conta do
466 sistema, isso está se reproduzindo em vários estados do país, então é preciso
467 diagnosticar o sistema socioeducativo, porque nem como sistema de contenção presta,
468 ele é inadequado, ele é ineficiente, até para conter os adolescentes, independente do tipo
469 de infração. Disse que se a sociedade não vê essas pessoas como passíveis de
470 tratamento, pode-se partir para uma eugenia, porque a polícia executa e não se
471 questiona. Então é preciso que essa missão produza um relatório que mostre que não
472 existe sistema socioeducativo de fato. É preciso enfatizar que o Conselho irá para o
473 Ceará como uma representação simbólica do que há no resto do país. A conselheira
474 **Maria Dirlene (RNFS)** disse que o estado do Ceará serve como referência, porque o
475 problema é em nível nacional. O conselheiro **Paulo Maldos (SEDH)** propôs que o
476 Comitê Nacional de Proteção e Combate à Tortura se incorpore ao grupo de trabalho
477 para que o mecanismo tenha agenda própria, porque eles têm protocolo próprio, fazem
478 recomendações, encaminham e ficam monitorando, seria uma olhar diferente, outra
479 impressão. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** respondeu que se faça uma agenda
480 própria, que o Comitê se incorpore à missão que será feita nesses dois espaços, Ceará e
481 João Pessoa, porque a denúncia que veio de João Pessoa foi anterior, e em cima disso
482 que começou essa discursão do CEDECA. Sugeriu que o grupo de trabalho analisasse
483 como organizaria a comissão. O conselheiro **Aurélio Rios (PGR)** falou que não se tem
484 pernas pra ir a todos os lugares e essas irregularidades ocorrem no país inteiro. Mas
485 acredita que se poderia focar no Estado do Ceará, inclusive pensar em um grupo de
486 Procuradores da República para fazer outra visita à Paraíba se fosse o caso. Disse achar
487 que a missão pode ganhar importância, pois trata-se de um caso paradigmático. Falou
488 que pediria ao colega Luciano Mariz Maia, que é conselheiro e é paraibano, professor
489 da universidade federal, integre ao mecanismo de combate à tortura, para que ele possa
490 fazer uma visita de forma complementar, mas sem necessariamente caracterizar uma
491 missão. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** falou que com relação a esse Grupo de
492 Trabalho, teria já algumas indicações de composição, como o conselheiro **Ricardo**
493 **Barreto**, que é do estado, o conselheiro **Aurélio Rios** que é integrante nato e que
494 seguramente vai acompanhar e a conselheira **Silvana Abramo**. Uma conselheira e dois
495 conselheiros compondo a comissão que farão essa missão. A conselheira **Maria**
496 **Dirlene (RNFS)**, conduzindo a reunião plenária, como membro da Mesa Diretora e na
497 ausência do Presidente e Vice-presidente do Conselho, no momento, passou para o
498 próximo ponto de pauta sobre o caso do presídio Urso Branco, que teve a participação
499 da Assessoria Internacional da SEDH Luciana Peres e do Assessor Douglas dos Santos



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

500 Rodrigues. O assessor **Douglas Rodrigues (Assessoria Internacional –MMIRDH)**
501 agradeceu a acolhida pelo Conselho e desejou boa tarde a todas e a todos. Falou que
502 conversou com o Coordenador-Geral do CNDH, Cleisson Junior há algumas semanas
503 para pedir esse espaço na reunião do Conselho, para tratar do caso Urso Branco que
504 tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Começou relatando que no
505 ano de dois mil e quatro foi criada no âmbito do CDDPH a Comissão Especial Urso
506 Branco, para acompanhar, coordenar, supervisionar e monitorar aplicação das medidas
507 provisórias que tinham sido outorgadas no âmbito da Corte Interamericana de Direitos
508 Humanos. Então no momento inicial, tiveram medidas cautelares outorgadas na
509 Comissão interamericana de Direitos Humanos que acabaram não sendo cumpridas de
510 forma satisfatória pelo Estado. Isso ocasionou a decretação de medidas provisórias na
511 Corte Interamericana, que é outro órgão que compõe o sistema interamericano de
512 Direitos Humanos. Então naquele cenário de diversas rebeliões e sucessivos episódios
513 de assassinatos em massa na casa de detenção Urso Branco, a Justiça Global e a
514 Comissão Arquidiocese de Porto Velho levaram essa denúncia a uma instância
515 internacional e isso ocasionou que o estado tivesse que adotar medidas pra proteger a
516 vida e a integridade pessoal das pessoas privadas de liberdade. Então houve uma
517 articulação entre o Governo Federal, o Governo Estadual e peticionários que levou a
518 criação da Comissão Especial em dois mil e quatorze para ver esse acompanhamento
519 das medidas provisórias e sanar esse problema. O que houve é que, com uma transição
520 de conselho do CDDPH pra CNDH, a comissão especial ficou numa espécie de limbo
521 jurídico. Dessa forma, o motivo do assunto em pauta seria para conversar com os
522 conselheiros e saber se a comissão especial será mantida no âmbito do CNDH. Frisou o
523 papel importante que a comissão teve, mas quando conversou com a Maria Gutenara,
524 antiga Coordenadora-Geral do CNDH, ficou entendido que houve resistência de alguns
525 conselheiros em manter a comissão especial no CNDH. A Coordenadora substituta
526 **Luciana Peres (Assessoria Internacional/MMIRDH)** acrescentou que estava na
527 reunião do grupo de trabalho em Washington, no dia vinte e nove de outubro do ano de
528 dois mil e quatorze, pois um dos compromissos com monitoramento do plano era que o
529 Brasil solicitasse reuniões de trabalho em Washington sobre o caso Urso Branco, para
530 acompanhar o monitoramento do plano em si, que é um plano bastante extenso, que
531 possui cinco eixos e alguns eixos complementares. Nessa reunião de trabalho, o Brasil
532 adotou uma postura muito transparente de apresentar um balanço do plano, do
533 cumprimento do plano depois de três anos e o que foi realizado. Vinte e cinco por cento
534 do plano como um todo foi caracterizado como cumprido, nas reuniões periódicas. A
535 cada seis meses deve ocorrer uma reunião da comissão especial em Rondônia e também
536 em Brasília. Trinta e quatro por cento do plano está em fase de cumprimento, vinte por
537 cento não foram cumpridas e dezesseis por cento modificaram a sua estrutura, não eram
538 mais as mesmas metas iniciais do plano. Frisou que os peticionários, no âmbito da
539 reunião de trabalho deixaram muito claro de que gostariam que fossem mantidas as
540 reuniões da comissão de trabalho, principalmente em Rondônia que tem sido feita
541 periodicamente. A presidência da Comissão é a Coordenadora Valdirene, do DEPEN.
542 Nas reuniões de trabalho há a presença da Secretaria de Justiça de Administração
543 Penitenciária, das autoridades locais e dos peticionários, além de alguns entes da
544 sociedade civil e representantes do CNDH. Os peticionários apesar de acharem que o
545 balanço do plano de trabalho não seja tão favorável como eles queriam no início do



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

546 acordo, depois de três anos não ter cumprido de forma efetiva por parte do estado
547 brasileiro, eles ainda assim gostariam que permanecesse a comissão especial e as
548 reuniões. A última reunião de trabalho em Rondônia foi chamada pelo DEPEN para
549 manter e continuar o monitoramento desse trabalho que tem sido feito por anos. Em
550 novembro o DEPEN está planejando novamente ir à Rondônia e questionou quem
551 efetivamente chamaria a reunião se o CNDH, quem coordena, ou o DEPEN. O CNDH
552 era quem arcava com as despesas financeiras dos petionários para irem até Rondônia.
553 O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** disse que acha importante deixar claro que do
554 ponto de vista da Comissão Interamericana, seria muito negativo se a comissão especial
555 fosse incorporada a qualquer outra comissão do CNDH. Se ela fosse extinta para ser
556 incorporada como um Grupo de Trabalho, isso do ponto de vista da Comissão
557 Interamericana seria visto de uma forma muito negativa. Talvez até pudesse ser visto
558 como uma forma do Brasil querer fugir aos compromissos assumidos. Ressaltou a
559 importância de manter a comissão especial Urso Branco para monitorar o cumprimento
560 do plano pelo Conselho, mas com status de uma Comissão Especial Urso Branco. O
561 conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que o Conselho tem que revolucionar
562 nesse sentido do ponto de vista internacional porque para a permanência da Comissão
563 Especial Urso Branco teria que ter uma deliberação do plenário neste sentido. Ressaltou
564 que essas reuniões de avaliação de monitoramento terão um custo elevado, uma vez que
565 a cada seis meses a Comissão irá à Rondônia para constatar que andou milímetros, um
566 metro, um por cento do Plano. O assessor **Douglas Rodrigues (Assessoria
567 Internacional – MMIRDH)** respondeu que o único ônus para o CNDH seriam as
568 passagens e as diárias de um membro dos petionários pra se deslocar a Rondônia duas
569 vezes por ano. Complementando a fala do conselheiro **Pedro Saldanha** disse que o
570 ponto positivo da Comissão Especial é que ela criou um ambiente na qual se desenhou
571 todas as propostas de melhoria e que isso foi visto com bons olhos pela Corte, que
572 suspendeu uma medida provisória internacional contra o Brasil. Então não se poderia
573 retirar esse espaço em que se discute com a União, com o estado e com os petionários.
574 O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** complementou dizendo que esse foi um
575 compromisso do governo brasileiro. A corte outorgou as medidas provisórias e o estado
576 brasileiro se comprometeu a desenvolver um plano para implementar as medidas que
577 melhorassem a situação na casa de detenção Urso Branco. Para fazer esse plano, o
578 Brasil se comprometeu perante a Corte Interamericana que seria criada uma comissão
579 especial para monitorar o plano. A Coordenadora substituta **Luciana Peres (Assessoria
580 Internacional – MMIRDH)** completou dizendo que atualmente o DEPEN envia um
581 representante uma semana anterior à reunião para fazer o monitoramento. Por exemplo,
582 a construção da penitenciária de Porto Velho, a obra foi entregue em agosto de dois mil
583 e quatorze e foi tratada como meta cumprida. Porém, são apontados os problemas ainda
584 presentes e cada meta é analisada. Portanto, a atuação da Comissão é uma forma de
585 pactuação do Governo Federal com o governo estadual, de uma forma bem fluida.
586 Então a continuidade desse trabalho seria extremamente importante nesse sentido. A
587 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que o encaminhamento foi revertido, a ideia
588 era que essa comissão se incorporasse a Comissão da População em Situação de
589 Privação de Liberdade, que já existe dentro do Conselho. Mas a proposta trazida é que
590 essa continue como uma comissão especial, portanto ela deveria estar na realidade,
591 dentro de outra organização porque é algo temporal, que ela deveria se extinguir e



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

592 terminar, o que significaria que a comissão teria um conselheiro ou uma conselheira
593 participante, representando o Conselho, coordenando essa Comissão. Haveria então o
594 consenso de que permaneça como comissão especial necessitando a indicação de um
595 conselheiro para o acompanhamento. Propôs que essa indicação fosse feita na hora de
596 discutir as comissões. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse que não estaria
597 presente no dia seguinte, mas que pela pertinência temática talvez o conselheiro Pedro
598 Saldanha (MRE) fosse o mais indicado. Então já se poderia fazer a indicação. A
599 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** respondeu que então ficaria a indicação e ficaria a
600 comissão especial mantida, como representante do Conselho o representante do MRE
601 Pedro Saldanha. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que foi uma resolução
602 somente para formalizar que o conselho por unanimidade está recepcionando essa
603 comissão especial do CDDPH e a institucionaliza nessa deliberação para que ela
604 continue sua missão até que se conclua a implementação do plano negociado para o
605 presídio Urso Branco. A conselheira **Maria de Lourdes Nunes (MNDH)** falou que
606 acha importante uma representação da Sociedade Civil. A Coordenadora substituta
607 **Luciana Peres (Assessoria Internacional –MMIRDH)** respondeu que a Comissão
608 Especial tem um representante da Justiça Global que faz parte da comissão especial. A
609 conselheira **Maria de Lourdes Nunes (MNDH)** ressaltou que a Justiça Global participa
610 como petionária, e gostaria que fosse alguém do Conselho e sugeriu a indicação do
611 conselheiro **Everaldo Patriota**. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que todos
612 estavam de acordo em manter a comissão especial e ter uma representação do Conselho
613 dentro dessa comissão, com duas indicações que seria a representação governamental e
614 a representação da sociedade civil, respectivamente os conselheiros Pedro Saldanha e
615 Everaldo Patriota e finalmente agradeceu a participação de Luciana Peres e Douglas
616 Rodrigues pelas informações que trouxeram ao conselho. A Coordenadora substituta
617 **Luciana Peres (Assessoria Internacional – MMIRDH)** disse que elaboram o relatório
618 do estado brasileiro do balanço do pacto a cada seis meses e ano passado fizeram o
619 relatório anual. Sugeriu de passar o relatório ao Coordenador-Geral do CNDH,
620 Clédisson Júnior se assim o Conselho desejar. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**
621 agradeceu novamente os participantes e seguiu para o próximo ponto de pauta que trata
622 da violência contra os povos indígenas. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)**
623 relatou que acredita que todos têm acompanhado a questão da violência contra os povos
624 indígenas e que ela acabou sendo acentuada nos últimos anos e mais precisamente a
625 avaliação que o CIMI faz é que a violência contra os povos indígenas sempre existiu no
626 Brasil, mas nos últimos anos ela tem ficado mais acentuada. Começou falando da
627 questão dos Tupinambás, que é um povo da Bahia e que eles lutam pela demarcação de
628 terras desde o ano de dois mil. Eles sofreram diversos tipos de violência, já foi objeto de
629 análise do CDDPH, mas desde dois mil e treze, depois que a FUNAI concluiu o
630 processo de estudo de demarcação e encaminhou para o Ministério da Justiça, foram
631 assassinadas mais de trinta lideranças. Somente em uma aldeia foram dezoito
632 assassinatos. Então o que os índios relatam é que o crime organizado se instalou e está
633 articulado com aqueles que são contra os processos de demarcação para a eliminação
634 dos índios, inclusive conseguiu envolver e dividir parte da comunidade. O crime
635 organizado envolve o tráfico de drogas, mas envolve também a disputa pela terra.
636 Trouxe a proposta que o Conselho oficiasse o Ministério da Justiça e informasse
637 quantos índios foram assassinados, do ano de dois mil e treze até atualmente e quais os



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

638 procedimentos que foram apurados até então. Com relação aos Guarani-Kaiowá, do
639 Mato Grosso do Sul com população de quase cinquenta mil indígenas, eles sofrem uma
640 violência acentuada já há bastante tempo e é o local onde os processos demarcatórios
641 não avançam. Os problemas envolvem a fome, a desnutrição, a morte de crianças, a
642 falta de escola para as crianças estudarem, a falta de moradia, já que muitos grupos
643 estão na beira da estrada e outros estão confinados em pequenas reservas. A reserva de
644 Dourados tem doze ou quatorze mil índios em três mil e quinhentos hectares,
645 confinados em uma reserva, com um índice altíssimo de suicídio. Relatou que de dois
646 mil e treze em diante houve a formação de milícias no Mato Grosso do Sul, onde se
647 organizaram para combater os índios que estão disputando a terra. No mês passado
648 houve o assassinato de um indígena. Em seguida, grupos organizados pelos sindicatos
649 locais, armados, foram entrando em aldeias e sem ordem judicial, de forma ilegal,
650 incendiaram os acampamentos indígenas. No processo de criminalização, relatou que
651 foi instalada uma CPI, no Mato Grosso do Sul para investigar o CIMI, sob a alegação de
652 que o CIMI incentiva e financia as invasões de propriedades privadas. No processo
653 querem investigar lideranças indígenas e a FUNAI. Pediu ao conselheiro **Bruno**
654 **Arruda (DPU)** que a DPU se faça presente na defesa dos índios. A conselheira **Maria**
655 **Dirlene (RNFS)** disse que quando participou da missão em Belo Monte ficou muito
656 evidente o que estava acontecendo com a população indígena. Depois, quando foi em
657 Barcarena, participou de uma inspeção, e lá outra comunidade indígena está sendo
658 eliminada devido à intervenção de várias indústrias poluidoras. Disse achar
659 extremamente preocupante os casos relatados, mas que o Conselho deveria se debruçar
660 um pouco sobre o assunto para poder deliberar sobre a situação dos povos indígenas.
661 Sugeriu que o Conselho poderia intervir e fazer um contato com a ONU, para que se dê
662 um respaldo às condições que estão sendo vividas lá. O conselheiro **Paulo Maldos**
663 **(SEDH)** disse que esteve no Mato Grosso do Sul no último final de semana e estava
664 acontecendo a Conferência Nacional de Política Indigenista, particularmente
665 envolvendo os povos Guarani Kaiowá e Nhandeva. Relatou que participou de dois dias
666 e pôde conversar com muitas lideranças indígenas e escutar muitas entidades locais e a
667 própria FUNAI, e confirma plenamente as informações do CIMI, relatadas pelo
668 conselheiro Adelar Cupsinski. Disse que os nomes que estão listados na CPI não são de
669 integrantes do CIMI, e sim de lideranças indígenas. Finalizou dizendo que acha
670 importante o acompanhamento pelo CNDH desse processo, pois ele será utilizado para
671 constranger ainda mais o STF, o Legislativo em relação à PEC 215. Trata-se de uma
672 disputa sobre terras que estão fora do mercado e que querem reincorporar ao mercado,
673 terras que são reconhecidas como terras públicas. O conselheiro **Adelar Cupsinski**
674 **(CIMI)** submeteu a proposta em relação aos índios Tupinambás, de fazer um
675 requerimento ao Ministério da Justiça para que sejam informados todos que foram
676 mortos nas terras indígenas Tupinambás do ano de dois mil e treze para cá, com a lista
677 dos nomes e os procedimentos que foram adotados para investigar essas mortes. O
678 segundo encaminhamento seria oficial à FUNAI para que contribua na defesa dos índios
679 do Mato Grosso do Sul em relação a CPI. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse
680 que seriam dois encaminhamentos: um em relação aos Tupinambás que seria a questão
681 de oficial o Ministério da Justiça, o segundo fazer junto com a ONU a prevenção,
682 chamando o relator especial. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** ressaltou a
683 importância de o Conselho recomendar algo em relação a FUNAI, pois seria



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

684 extremamente relevante que a FUNAI defendesse os índios. O conselheiro **Everaldo**
685 **Patriota (OAB)** disse que acha que é uma luta inglória tentar que o Conselho gaste
686 energia para parar uma CPI. Se uma liderança indígena é chamada para uma CPI, com
687 todo aparato do latifúndio, essa liderança precisa no mínimo de uma assessoria jurídica
688 consistente. Disse que as CPIs são um palco de pirotecnia. Disse que estamos em um
689 sistema onde o réu não é obrigado a responder nada, nem em CPI. Seria, portanto,
690 fundamental uma orientação às lideranças indígenas. O conselheiro **Bruno Arruda**
691 **(DPU)** disse que o apoio jurídico está garantido, a questão pendente seria o
692 encaminhamento de uma moção do conselho para FUNAI, pedindo que o órgão atue em
693 defesa dos índios. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** complementou com a proposta
694 de o Conselho trabalhar junto com a FUNAI e marcar uma reunião antes da próxima
695 plenária para avaliar todos os encaminhamentos. O conselheiro **Everaldo Patriota**
696 **(OAB)** disse que o fato da autonomia deles não lhes retira que sejam vítimas de
697 violação de Direitos Humanos, inclusive têm uma tutela especial, constitucional. O
698 conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** concluiu informando que os índios estiveram
699 reunidos no Mato Grosso do Sul, na Assembleia Legislativa, na OAB, no Congresso
700 Nacional essa semana. Ocuparam uma sala do CCJ. Nesse episódio houve ameaças,
701 apagaram a luz, trancaram a sala e impediram os advogados de entrarem no Congresso
702 Nacional e novamente com a intervenção da OAB, permitiu que os advogados
703 entrassem com uma representação contra o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha por
704 esse ato. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPJ)** disse que foi executada a
705 convocação da coletiva de imprensa e espera que possa ter uma boa divulgação do
706 trabalho do Conselho. Falou que iria ao oitavo andar, fazer o pronunciamento à
707 imprensa em nome do Conselho e acha que tiveram uma boa resposta dos órgãos de
708 imprensa. A entrevista revisitará a resolução número oito do então CDDPH e cobrará de
709 uma forma efetiva a adoção de medidas para essa situação. Disse também que na última
710 noite, todas as redes sociais divulgaram o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança
711 Pública, relatando que em 2014, foram cinquenta e oito mil mortes no Brasil. Em
712 seguida, convidou a consultora da ONG Aldeias Infantis, que irá promover o
713 planejamento estratégico do CNDH, para a sua apresentação. A consultora **Cristina**
714 **Bodas (Organização Aldeias Infantis)** desejou bom dia a todas e todos, agradeceu o
715 convite, disse que trabalha com a Aldeias Infantis há algum tempo, que é jornalista de
716 formação e trabalha algum tempo na área de planejamento estratégico e comunicação.
717 Apoiou a estratégia da Rede Nacional da Primeira Infância e foi um trabalho desafiador,
718 pois houve a necessidade de ouvir todas as partes, conciliar e que o planejamento nada
719 mais é que um combinado do que todos querem fazer em conjunto para os próximos
720 meses ou anos. Acha que esse papel de alinhar expectativas é fundamental. O
721 planejamento de ações vai rever e definir a identidade do Conselho e definir os
722 objetivos específicos para cada uma das frentes de ação das comissões. Disse que sabe
723 que o CNDH já tem muitas ações em andamento, mas o planejamento permite sair de
724 uma visão do trabalho do dia a dia e voltar para uma visão mais ampla. O planejamento
725 é um documento que vai dizer onde todos querem estar e como querem estar no
726 Conselho. Disse ainda que o planejamento estratégico tem algumas etapas de
727 construção, uma primeira etapa que se chama análise da situação, que é um grande
728 debate, uma grande discussão. Partindo disso, se busca o grande objetivo geral e os
729 objetivos específicos das comissões permanentes que já representa a forma de



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

730 estruturação e de trabalho do Conselho. Outra etapa muito importante é como isso será
731 monitorado durante o processo. A conselheira **Sandra Greco (Organização Aldeias**
732 **Infantis)** sugeriu pedir um aporte para o Secretário especial Rogério Sottili para que
733 faça alguma indicação do que espera no planejamento deste Conselho. Então com isso
734 cria-se um cenário, as comissões temáticas trazem os seus insumos e isso acaba sendo
735 um cenário facilitador que traz a reflexão para o Conselho. A consultora **Cristina**
736 **Bodas (Organização Aldeias Infantis)** explicou que a lógica do planejamento é ter um
737 objetivo geral como Conselho, depois os objetivos específicos que são as metas para
738 cada um desses objetivos, depois a descrição de atividades. Outro ponto que a
739 convidada considera importante é que o planejamento traz benefício para a atuação do
740 Conselho, sai do campo reativo, um trabalho fundamental porque permite ações ativas,
741 não só reativas. Colabora no campo da prevenção e promoção dos direitos humanos. A
742 conselheira **Sandra Greco (Aldeias Infantis)** disse que a equipe da organização é
743 composta por mais uma pessoa que tem preparação internacional e se realmente for
744 concretizada a proposta do planejamento, possuem uma equipe com condições de
745 aprovar e fazer as intervenções. Complementou dizendo que fazem planejamento na
746 organização há oito anos e sugeriu que se houvesse a possibilidade, que façam em um
747 ambiente acolhedor, humanizado utilizando um espaço mais inspirador para esse
748 planejamento. Falou que tem um espaço em São Paulo que é um centro de formação,
749 uma pousada, com toda a infraestrutura, com auditório com toda mídia necessária. O
750 conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** aprovou e agradeceu a apresentação da entidade
751 que coloca todo esse aparato à disposição do Conselho em um local já vocacionado para
752 a realização e deve-se deliberar se será realizada em Brasília ou São Paulo. No caso de
753 São Paulo não teriam custo de hospedagem. Parabenizou a entidade pela oferta de um
754 local adequado e essa nobre contribuição ao Conselho. A conselheira **Maria Dirlene**
755 **(RNFS)** reforçou que o apoio das pessoas que conduzem esse planejamento é
756 fundamental. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** desejou bom dia a todas e
757 todos e boas vindas à convidada Cristina Bodas e fez coro com o que o conselheiro
758 Everaldo Patriota colocou, da importância desse planejamento para que possa orientar
759 suas ações. Falou que o planejamento servirá para nortear tudo que o Conselho possa
760 implementar. Questionou a convidada sobre a metodologia a ser adotada. A conselheira
761 **Sandra Greco (Organização Aldeias Infantis)** começou explicando que o objetivo da
762 metodologia é estarem dois dias reunidos, podendo ser uma discussão como uma
763 plenária. Depois dos objetivos específicos, que são as comissões temáticas, poderá ser
764 trabalhado separadamente, validando pelo coletivo. Disse que o planejamento trabalha
765 em momentos coletivos e em momentos nos grupos já pelos eixos temáticos e volta para
766 o consenso que se valida e chega-se no mapa estratégico que a Cristina Bodas
767 apresentou como objetivo geral e objetivo específico. Falou que a metodologia, nessa
768 perspectiva, pressupõe trabalho coletivo e a busca do consenso. A consultora **Cristina**
769 **Bodas (Organização Aldeias Infantis)** reforçou que a intenção não é um planejamento
770 que dure muitos meses, a ideia é que o planejamento seja efetivo para a atual gestão. A
771 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que terão que decidir qual será o
772 encaminhamento dado diante do que foi apresentado pela convidada Cristina Bodas.
773 Disse que a primeira questão será se acatarão a proposta de planejamento apresentada
774 pela conselheira Sandra Greco, com a disponibilização de toda a estrutura e toda a
775 equipe das Aldeias Infantis na cidade de São Paulo. O conselheiro **Ronaldo Guilherme**



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

776 (PF) falou que o próprio pedido dirigido às Aldeias Infantis de trazer esse planejamento,
777 demonstra que o Conselho não se sente preparado para encarar tudo que enfrentarão pela
778 frente, e com todo conhecimento apresentado terão a possibilidade de aprofundar esse
779 conhecimento nas mãos de uma equipe já preparada e votou favorável a realização do
780 Planejamento em São Paulo. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** parabenizou a
781 apresentação e que a proposta de planejamento atende as necessidades do Conselho e se
782 posicionou favoravelmente. A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** concordou com
783 a proposta e a necessidade em fazer o planejamento, disse estar de acordo que se realize
784 em São Paulo porque sairia quase sem custos para SEDH e parabenizou a conselheira
785 Sandra Greco e a convidada Cristina Bodas pela iniciativa. A conselheira **Silvana**
786 **Abramo (CNJ)** agradeceu também a disponibilidade e a oferta, que fortalece o
787 Conselho e disse nunca ter participado antes de um processo de planejamento
788 estratégico, pediu uma conversa prévia para consolidar e objetivar mais quais são
789 exatamente as necessidades do Conselho. Disse que uma das coisas que deve ser objeto
790 da preocupação do CNDH é a uniformização da metodologia do trabalho das comissões,
791 pois se cada comissão atuar de uma maneira não terá uma uniformidade que valide os
792 resultados de uma forma consolidada. O conselheiro **Leonildo José (MNPR)**
793 parabenizou a entidade por ajudar o CNDH em nível de infraestrutura, disse que está de
794 acordo com a proposta e que podem contar com a sua colaboração. O Coordenador-
795 Geral **Cledisson Júnior (CNDH/SEDH)** agradeceu primeiramente a Aldeias Infantis, a
796 conselheira Sandra Greco e a convidada Cristina Bodas e disse que o Secretário-
797 Especial anunciou que há um prazo até dezembro para a produção desse planejamento e
798 nesse processo foi oferecido pelo Gabinete a ajuda de um consultor para todos os
799 conselhos. Disse também que acha importante que seja feito ainda esse ano e se possível
800 em São Paulo, pois considera um ambiente propício para esse exercício, que garanta que
801 o planejamento saia com mais fôlego e com capacidade de ser executado. A conselheira
802 **Sandra Greco (OAI)** relatou que o local exato fica na Cidade de Poá, a 40 minutos do
803 aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. O conselheiro **Bruno Arruda (DPU)**
804 disse que nem sempre a missão do planejamento estratégico coincide com o que está na
805 lei, não porque seja uma coisa que é ilegal, mas nem sempre o órgão entende que a
806 missão do planejamento é mais ampla. O ideal do Conselho é ser credenciado como um
807 órgão institucional de direitos humanos, autônomo perante a ONU, perante o sistema
808 interamericano de direitos humanos. Disse também que essa visão de futuro não está na
809 lei e que essa autonomia será buscada, definido conforme a questão do orçamento e do
810 modelo de atuação das comissões. Sua sugestão final é que considera dois dias pouco
811 para fazer um planejamento estratégico, disse gostar dos planejamentos estratégicos que
812 avançam até as definições das ações e de indicadores de desempenho, que é para fazer
813 da definição a visão de futuro e os objetivos gerais, os objetivos estratégicos, avançar
814 até a definição de ações concretas com alguns indicadores de desempenho. A
815 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse achar importante a presença do consultor
816 indicado pela SEDH porque se ele vai acompanhar todos os conselhos, é importante que
817 este Conselho esteja integrado e tenha as informações dos demais conselhos ou quando
818 for fazer o planejamento, sugeriu que o colegiado aceite a oferta da SEDH para que essa
819 pessoa realmente participe do processo em conjunto. O conselheiro **Everaldo Patriota**
820 **(OAB)** registrou que o planejamento não pode ter duas consultorias e como foi dito pelo
821 conselheiro Bruno Arruda, da importância da travessia do ponto de vista do arranjo



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

822 administrativo. Acha inviável definir esse planejamento estratégico em dezembro e o
823 orçamento para essas ações. Disse também que segundo o Secretário-Especial, Rogério
824 Sottili, terão cortes, ninguém sabe como ficará e acha difícil trabalhar orçamento nesse
825 planejamento. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** falou que a presença da convidada
826 Cristina Bodas foi fundamental, porque essa discussão de planejamento tem sido feita
827 desde o início do ano e não se tinha iniciativa por falta de base e estrutura. Disse que a
828 entrada da conselheira Sandra Greco foi crucial. Agradeceu a disponibilidade que toda
829 sua equipe tem dado e espera ter um excelente resultado. A conselheira **Cristiana De**
830 **Holanda (Abraso)** também agradeceu a oportunidade, disse que o desafio é enorme,
831 pois existem muito pontos a serem considerados. Acha que a construção conjunta vai
832 trazer um resultado para que todos se sintam representados, falou que estão confiantes e
833 agradeceu mais uma vez. Tendo sido aprovada a proposta de planejamento da Aldeia
834 Infantis no estado de São Paulo, a conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** seguiu para o
835 próximo ponto de pauta que será a apresentação de relatórios concluídos pela Comissão
836 dos Atingidos por Barragens. Foi feita a proposta de fazer a apresentação de um dos
837 relatórios e viabilizar para essa reunião a presença de um dos relatores, mas as
838 condições disponibilizadas pelo Conselho inviabilizaram essa presença. Foi pedido, em
839 caráter de urgência, a presença de um representante do GT, e foi então enviado o
840 Procurador Regional da República João Akira Omoto. O representante do GT-
841 Barragens **João Akira** disse que recebeu o convite na noite anterior e não sabia o que
842 seria tratado até o início da manhã, acertou com a conselheira Dirlene que faria a
843 apresentação. Foi decidido pela apresentação do mais antigo, que foi aprovado na data
844 de onze de outubro de 2011, ainda no primeiro ano de trabalho do GT. O relatório
845 apresenta cento e uma recomendações. Falou que entre as cento e uma recomendações
846 têm as doze primeiras que dizem respeito à questão da necessidade de buscar-se uma
847 reparação, na perspectiva de que era necessário que o estado brasileiro adotasse medidas
848 de prevenção com relação às novas violações, mas não poderiam esquecer-se das
849 violações passadas. Havia uma grande expectativa de todas as populações atingidas por
850 barragens de que houvesse uma regulamentação. Nesse sentido, o GT resolveu
851 apresentar uma proposta de um projeto de lei que viesse a constituir uma comissão de
852 reparação, a exemplo de outras que já existiam em curso no país, como por exemplo, a
853 questão da anistia, a questão dos portadores de hanseníase, outras situações que foram
854 levantadas e constam dessa exposição de motivos. A proposta apresentada, segundo o
855 representante, foi bastante objetiva, pois na constituição do GT, existem representantes
856 do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e Energia e ambos os
857 Ministérios levaram essa proposta para discussão interna. Disse que na época o
858 Assessor Silvio Brasil que estava na Secretaria de Articulação, levou também para
859 discussão e o resultado que tiveram é um consenso que houve amplo debate dentro
860 desses Ministérios. Acha que precisa ficar claro, porque tem aspectos da proposta que
861 foram muito debatidas em uma reunião inteira de quatro horas e ressaltou esses pontos
862 para que saibam quais foram os pontos mais polêmicos, que possa também se for o
863 caso, promover o debate para que o Conselho forme opinião a respeito dessas questões.
864 Uma das recomendações é que a SEDH, proponha a constituição de comissão de
865 reparação, com a participação de outros órgãos governamentais, como Ministério
866 Público, Defensoria, representação da sociedade civil para acolher, avaliar e julgar
867 eventuais situações de reparação individuais e coletivas, a ideia é que passem além



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

868 daquela mera reparação individual, já que as barragens atingem grupos que estão
869 coletivamente organizados e que se for assim, que sejam encaminhadas no prazo de
870 doze meses, a partir da sua instalação às respostas adequadas. E que fosse dada ampla
871 divulgação a essa comissão, e aos procedimentos a que vier adotar. Em relação à
872 proposta de projeto de lei reconhecendo o direito à indenização e criando a comissão
873 nacional de reparação dos atingidos por barragens, a forma mais adequada seria passar
874 artigo por artigo, se os conselheiros estiverem de acordo, para que, havendo dúvidas
875 irem solucionando. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** sugeriu que enquanto o
876 participante João Akira fizer a leitura da proposta de Projeto de Lei, quem tiver uma
877 observação, já faça o destaque na medida em que for sendo lido. E depois voltariam a
878 discutir o projeto como um todo. O representante do GT-Barragens **João Akira** leu os
879 artigos da proposta do Projeto de Lei, na qual os conselheiros foram sugerindo
880 alterações. Ao final, a proposta de Projeto de Lei foi aprovada pela Plenária. A
881 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** passou a palavra para a Vice-presidente Ivana
882 Farina para que possa fazer o relato da audiência com a imprensa. A Vice-presidente
883 **Ivana Farina (CNPB)** explicou que a intenção da coletiva de imprensa foi fazer uma
884 apresentação do Conselho, estavam presentes a Band News, a Globo News, a Folha de
885 São Paulo, a revista Veja, a Voz do Brasil, a EBC, e todos queriam saber as atribuições
886 deste Conselho. A partir da resolução número oito de 2012, questionaram se o Conselho
887 tem atribuições sancionadoras pela Lei, pediram que fosse feita a leitura dos artigos,
888 perguntaram como é que as denúncias chegam ao CNDH. Explicou que o Conselho não
889 substitui autoridades responsáveis onde a violação e o crime ocorrem, mas que podem
890 se reunir como fizeram na época da resolução, com fóruns de secretários de segurança,
891 chefes do Poder Judiciário, chefes do Ministério Público, do Conselho Federal e da
892 Ordem dos Advogados. O que o colegiado não admite é um Estado que seja omissivo ao
893 aumento das práticas criminosas na sua estrutura, e que esse mesmo Estado tem a
894 obrigação de garantia de direitos à população. Considerou que a entrevista foi educativa
895 e os jornalistas questionaram se o colegiado tem um blog, uma página na internet, pois
896 um Conselho desse porte teria que estar mais visível, disse que dentro do Planejamento
897 Estratégico tem que se pautada essa visibilidade. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**
898 cumprimentou a atitude das conselheiras Ivana Farina e Silvana Abramo em convocar a
899 coletiva de imprensa e reafirmou a importância de dar visibilidade a esse Conselho que
900 não tem nenhum suporte para poder viabilizar as suas decisões. Disse que isso deve ser
901 cobrado da estrutura que sustenta o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, para que
902 dê as condições para o seu funcionamento. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNPB)**
903 respondeu que essa reivindicação tem que entrar no planejamento, o modo com é
904 conduzido o colegiado. Quanto às condições para o Conselho trabalhar isso será alvo de
905 em outra etapa. O Coordenador-Geral **Cledisson Junior (CNDH-SDH)** anunciou que o
906 Secretário Especial Rogério Sottili está propondo uma reunião extraordinária para que
907 possa embasar melhor todas as conselheiras e conselheiros sobre a Reforma
908 Administrativa. Disse que o Secretário acha importante introduzir esse tema, com mais
909 qualidade e fôlego com a participação da Ministra Nilma Lino Gomes. A conselheira
910 **Maria Dirlene (RNFS)** disse que seria importante fazer contato com o Secretário
911 Rogério Sottili para verificar como ficaria a questão da Presidência do Conselho, se
912 seria o Secretário ou a Ministra, considera essa uma decisão fundamental para que deem
913 continuidade à linha política em relação à posição do colegiado. O conselheiro



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

914 **Everaldo Patriota** fez uma leitura da Lei e apontou que a Presidência do Conselho
915 ficaria a cargo do Secretário Especial. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** propôs
916 uma discussão para esclarecer esses pontos, porque a Lei tem interpretações. Disse que
917 têm duas questões, uma é da interpretação jurídica e outra é a partir do jurídico, como
918 farão as interpretações e as discursões. O Coordenador-Geral **Cledisson Junior**
919 **(CNDH-SDH)** relatou que os conselhos da SEDH já iniciaram um processo de
920 comparar as datas das reuniões para que não sejam concomitantes, de forma também a
921 não permitir que haja dificuldades da participação da Ministra ou do próprio Secretário,
922 para que no caso de duas reuniões no mesmo dia, isso não fique prejudicado. O
923 conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que o desejo político e a vontade política
924 deste Conselho devem prevalecer, disse também que a interpretação jurídica é relativa,
925 pois a opção da Ministra em presidir o Conselho é política, porque se a Ministra disser
926 que quer presidir o Conselho, ela irá presidir. O conselheiro **Cristian Ribas**
927 **(ENEGRECER)** colocou que acha importante que prevejam antes da próxima reunião,
928 um encontro da Comissão de Segurança Pública e de Direitos Humanos também, e em
929 virtude dos desdobramentos que têm visto a nível nacional devido à própria resposta
930 que deram na Reunião Ordinária, indo a público falar sobre os autos de resistência, do
931 aumento do índice de homicídios e da ação policial, acha fundamental que essa
932 Comissão de Segurança Pública se reúna. A Vice-presidente **Ivana Farina (CNP)**
933 disse que é de interesse do colegiado que na medida provisória, tenha a definição de
934 quem preside o Conselho, pois com teve uma fusão, trataria igualmente o CNDH, o
935 Conselho de Direito das Mulheres e o CNPIR. Disse ainda que devem manter o pedido
936 de reunião da Mesa Diretora com o Secretário Especial, que é a pessoa que ficará
937 encarregada do funcionamento. O conselheiro **Carlos Magno (ALGBT)** disse que a
938 deliberação está correta, acha que todos estão muito tensos, e que essa reforma
939 administrativa pode ameaçar a política que construíram com muito suor e luta.
940 Ressaltou a importância da presença da Ministra na próxima reunião e um comunicado
941 oficial do Conselho com este pedido. O conselheiro **Bruno Arruda (DPU)** concordou
942 com o conselheiro Everaldo Patriota com esse encaminhamento, porque existe uma
943 liturgia do serviço público que tem que ter consideração com este Conselho e
944 parabenizou a Vice-presidente **Ivana Farina** no exercício da presidência dos trabalhos,
945 enfrentando a crise com o pulso firme e registrou seu agradecimento. A Vice-Presidente
946 **Ivana Farina** passou para a questão da proposta de reunião das comissões um dia antes
947 da reunião plenária. Ficou deliberado que uma comissão se reunirá pela manhã e a outra
948 pela tarde, em horários distintos, uma às nove horas da manhã e a outra às quatorze
949 horas, ficando pela manhã a de menor composição. Em seguida, foram definidos os
950 presidentes de cada uma das comissões. A Comissão da População em Situação de Rua
951 será coordenada pelo conselheiro **Leonildo José**. A Comissão de Direito à
952 Comunicação e Liberdade de Expressão será coordenada pela conselheira **Helena**
953 **Martins**. O coordenador da Comissão Direitos Indígenas, Quilombolas e Comunidades
954 Tradicionais será o conselheiro **Darci Frigo**. A coordenadora da Comissão de Direitos
955 Humanos e Segurança Pública será a conselheira **Maria de Lourdes**. A conselheira
956 **Maria Dirlene** será a coordenadora da Comissão Direito à Cidade. A Comissão Direito
957 Humano à Alimentação Adequada será coordenada pelo conselheiro **Bruno Arruda**. A
958 Comissão de Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos
959 Movimentos Sociais será coordenada pelo conselheiro **Carlos Magno**. A Comissão da



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

960 População em Situação de Privação de Liberdade será coordenada pelo conselheiro
961 **Everaldo Patriota**. A conselheira **Cristiana Holanda (INTERVOZES)** disse que
962 gostaria de participar da Comissão Direito à Cidade. O conselheiro **Leonildo José**
963 **(MNPR)** disse que juntamente com a conselheira Ivana Farina e com o Coordenador
964 Cledisson Junior, fizeram um acordo para que ocorra a reunião da Comissão Direitos
965 Humano da População em Situação de Rua no dia vinte e um de outubro de 2015,
966 dentro do Terceiro Encontro Nacional da População em Situação de Rua. A conselheira
967 **Maria Dirlene (RNFS)** mostrou a composição da Comissão da População em Situação
968 de Rua que são Leonildo José (MNPR), Bruno Arruda (DPU), Ivana Farina e Paulo
969 Maldos como representante do CNDH. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**
970 informou que foi definida uma missão para o Ceará, para uma visita as unidades
971 socioeducativas. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que a missão ao Ceará
972 será composta pelos conselheiros Ricardo Barreto, Silvana Abramo, Carlos Magno e
973 Aurélio Rios. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** lembrou a necessidade de
974 se compor as subcomissões de logística, de comunicação e de articulação e mobilização
975 para a 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, conforme previsto no
976 Regulamento Nacional. Sugeriu que as conselheiras e os conselheiros que tenham
977 alguma expertise com relação à logística das conferências se disponibilizassem. Disse
978 que a conselheira Maria de Lourdes se prontificou para fazer parte da subcomissão de
979 Logística. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** falou que na articulação e
980 mobilização poderia contribuir. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse
981 então que os conselheiros Carlos Magno e Adelar Cupsinski estão na subcomissão de
982 Articulação e Mobilização e na Comissão de Logística a conselheira Maria de Lourdes.
983 A conselheira **Maria Madalena (FBASD)** também se prontificou a fazer parte da
984 Comissão de Logística. O Coordenador-Geral **Clédisson Junior (CNDH/SEDH)** disse
985 que poderá contribuir ao produzir uma síntese que permita que todos se apropriem do
986 andamento da Conferência. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** pediu para
987 que a Comissão de Logística se reúna antes da próxima Plenária, tendo como membros
988 representantes um da Comissão Organizadora, um do Comitê Executivo e dois
989 consultores ou dois membros da SEDH ou do Governo, que tenham expertise em
990 logística. O assessor do CNDH **Claudio Picanço (CNDH/SEDH)** relatou que a SEDH
991 tem um órgão que cuida da logística e irá tratar do próprio contrato e da elaboração do
992 termo de Referência, então que o conselho solicite uma pessoa da logística para que
993 participe da Reunião. O conselheiro **Carlos Magno (ALGBT)** questionou se na
994 Comissão Organizadora foi cogitada a possibilidade de mudar a data da Conferência,
995 porque a LGBT adiou a sua. A conselheira **Luciana Lóssio (PGR)** disse que a
996 Comissão Organizadora está fazendo um esforço para que a data não seja postergada,
997 somente nos casos que não houver alternativa. O assessor do CNDH **Claudio Picanço**
998 **(CNDH/SEDH)** comunicou que na reunião do Comitê Executivo, na qual a Vice-
999 presidente Ivana Farina estava presente, foi assegurado que o recurso para as
1000 Conferências está garantido. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** passou para o
1001 próximo ponto de pauta que trata da análise do projeto “Começar de Novo”. A
1002 conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** disse que na Plenária de junho o conselheiro Gabriel
1003 Sampaio levantou a possibilidade de fazer o encontro dela com algumas pessoas do
1004 Ministério da Justiça que estavam desenvolvendo um projeto similar, para que não
1005 houvesse choque entre o que o CNDH propusesse e o que eles estavam propondo. Após



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1006 a reunião, chegaram à conclusão de que em razão da inspiração da recomendação ser
1007 um projeto que hoje existe no Judiciário, chamado “começar de novo” o interessante
1008 seria que fosse mantido o nome, como uma marca de um projeto de sucesso no
1009 Judiciário, que foi desenvolvido na gestão do Ministro Gilmar Mendes a frente do CNJ.
1010 A proposta é que o CNDH faça uma recomendação para que no âmbito do executivo
1011 seja instituído esse projeto, visando à garantia dos Direitos Humanos e a aplicação nos
1012 órgãos da administração pública, do programa para a reinserção do preso na sociedade.
1013 A recomendação é que na contratação de terceirizados se reserve um número de vagas
1014 para os egressos do sistema carcerário e cumpridores de medidas e penas alternativas.
1015 Disse que adaptou o primeiro projeto que trouxe naquela oportunidade e que fizeram há
1016 quatro mãos, com a equipe do conselheiro Gabriel Sampaio, do Ministério da Justiça e
1017 chegaram ao texto que está sendo apresentado ao Conselho. O conselheiro **Bruno**
1018 **Arruda (DPU)** disse que a Defensoria Pública fez uma ação semelhante em julho.
1019 Chamaram todos os órgãos do executivo para mostrar as vantagens de contratação de
1020 pessoas inclusas no sistema carcerário. Foram mais ou menos quarenta representantes
1021 de órgãos. Os participantes da reunião ficaram empolgados quando foi falado do custo,
1022 porque o custo é muito mais baixo do que de outro empregado. Então a ideia da
1023 conselheira **Luciana Lóssio** vem realmente ao encontro disso. O conselheiro **Bruno**
1024 **Arruda (DPU)** completou que a proposta é para os que estão incluídos no sistema
1025 agora, os que estão no semiaberto e no aberto, para os egressos é um contrato de
1026 trabalho normal. Já o semiaberto e o recebem o mesmo salário, mas não há custos dos
1027 impostos que as empresas pagam, pois o regime dos presos não está incluído na CLT.
1028 Então a FUNAP recolhe um valor, tem isenções de taxas, pagam menos para ela e o
1029 trabalhador recebe um salário mínimo. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**
1030 questionou se o trabalhador recebe o salário mínimo e quanto os outros terceirizados
1031 que fazem a mesma função recebem. O conselheiro **Bruno Arruda (DPU)** respondeu
1032 que recebem de acordo com o piso das categorias. A maior parte recebe salário mínimo.
1033 A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** acha que os terceirizados recebem mais que os
1034 funcionários da FUNAP e disse que têm que diferenciar as duas situações porque se não
1035 fizer isso, incorre numa grave violação do princípio da isonomia entre os trabalhadores,
1036 disse ainda que não se pode admitir que um trabalhador, que exerce a mesma função,
1037 ainda que terceirizado, receba menos. Então, a questão dos egressos tem que ser
1038 garantida e acha que assim seria até redundante, mas seria importante colocar que o
1039 trabalhador da FUNAP vai receber a mesma coisa que os demais. O conselheiro **Bruno**
1040 **Arruda (DPU)** disse que essa é uma recomendação que pode ser adicionada. A
1041 conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** fez então a leitura da recomendação, sendo
1042 aprovada pelos conselheiros. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que
1043 coloquem esse Grupo de Trabalho que irá acompanhar a recomendação na Comissão da
1044 População em Situação de Privação de Liberdade. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)**
1045 explicou que vão emitir essa recomendação a cada seis meses, oficializariam os órgãos
1046 para saber da implantação da recomendação. A ideia seria que o Conselho emita um
1047 certificado de boas práticas, algo anual para essa ação. O conselheiro **Everaldo**
1048 **Patriota (OAB)** disse que a sugestão o fez lembrar-se do Prêmio Nacional dos Direitos
1049 Humanos. Relembrou que antes do CNDH o prêmio era escolhido pela SEDH. Colocou
1050 como exemplo o DEPEN, que só deveria liberar dinheiro para quem tivesse um
1051 programa desses. Disse ainda que no primeiro governo Lula, o Ministro Márcio Thomaz



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1052 Bastos e o delegado Paulo Fernando da Costa Lacerda, saíram de estado em estado
1053 dizendo que quem quisesse recursos do poder público, teria que aderir ao SUSP
1054 (Sistema Único de Segurança Pública), e todos os governadores aderiram. A conselheira
1055 **Silvana Abramo (CNJ)** lembrou-se do Prêmio INNOVARE, que é do Judiciário. A
1056 conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** ressaltou que isso seria um segundo passo, que
1057 acolheu a proposta do conselheiro Everaldo Patriota, onde o artigo quinto ficaria:
1058 compete a Comissão da População em Situação de Privação de Liberdade coordenar as
1059 atividades do projeto “Começar de Novo” junto ao executivo. O conselheiro **Everaldo**
1060 **Patriota (OAB)** sugeriu que os estados que acolherem e executarem essa recomendação
1061 se habilitará ao Prêmio Nacional de Direitos Humanos. O conselheiro **Everaldo**
1062 **Patriota (OAB)** disse que o Coordenador-Geral **Cledisson Junior** distribuiu uma pasta
1063 com o regimento e ele está sem as alterações. Perguntou se as alterações já foram
1064 publicadas. O Coordenador-Geral **Cledisson Junior (CNDH/SEDH)** respondeu que
1065 acredita que não tenha havido a publicação e precisa confirmar se o jurídico já
1066 devolveu. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** ressaltou que o regimento é que
1067 conduz o Conselho e que as alterações foram realizadas com a presença do setor
1068 jurídico, por isso, não entende a demora da publicação. A conselheira **Luciana Lóssio**
1069 **(CNJ)** aproveitou a aprovação dessa recomendação, e comunicou para o Conselho que a
1070 recomendação que saiu em junho em relação às Audiências de Custódia a todos os
1071 tribunais de justiça foi um sucesso. Alguns estados responderam a recomendação e
1072 todos os tribunais de justiça do Brasil estão adotando as Audiências de Custódia. O
1073 conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que é preciso que o Conselho mande uma
1074 recomendação ou um posicionamento para o Conselho Nacional do Ministério Público,
1075 pois em Alagoas o Procurador Geral de Justiça escreveu um artigo contra, no pleno do
1076 tribunal, fez uma cantilena e não compareceu a Audiência de Custódia. A conselheira
1077 **Luciana Lóssio (CNJ)** se comprometeu a redigir essa recomendação da mesma forma
1078 que fez aos Tribunais de Justiça. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que
1079 fosse encaminhada para as Defensorias Públicas Estaduais a ciência da existência desses
1080 dois atos, porque eles deverão estar presentes nas audiências. A conselheira **Maria**
1081 **Dirlene (RNFS)** concluiu o ponto de pauta e passou a palavra para a representante do
1082 Ministério da Justiça Marina Lacerda que fez a apresentação do Projeto de Lei sobre os
1083 Autos de Resistência. A participante **Marina Lacerda e Silva (MJ)** saudou a todos e a
1084 todas e disse que o Plano Nacional de Homicídios vai ser a política principal do MJ
1085 dentro do plano de governo. Nesse plano estará incluída uma série de ações específicas
1086 para o Sistema Penitenciário. Em seguida, falou do projeto de Lei 4471/2012 que trata
1087 de uma série de alterações no Código de Processo Penal, pensando na extinção dos
1088 Autos de Resistência, estabelecendo procedimentos e regras para o caso de lesão ou
1089 morte ocasionada por ação policial. Disse que na Comissão de Segurança Pública já
1090 houve um parecer pela aprovação com algumas emendas e agora o PL se encontra na
1091 Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, mas ainda não houve votação. Disse
1092 que infelizmente a ação de alguns parlamentares tem sido de atrasar a tramitação desse
1093 projeto para que ele não seja aprovado. O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)**
1094 respondeu que é um debate que está na ordem do dia, sobretudo a partir do
1095 posicionamento que o CNDH teve de ir a público se posicionar, chamar a imprensa e se
1096 mobilizar sobre os autos de resistência. A participante **Marina Lacerda e Silva (MJ)**
1097 disse que o Projeto de Lei vem em termos muito técnicos, falando da perícia, do



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1098 inquerito e quais serão os órgãos comunicados. Disse ainda que é pouco, porque, não
1099 tem escrito encerrar os autos de resistência, isso não esta escrito de forma clara no
1100 projeto, mas em todos os dispositivos isso fica evidente. O conselheiro **Ricardo**
1101 **Barreto (AMB)** disse que o texto trazido para análise possivelmente apresenta artigos
1102 que já foram alterados. Por isso, disse que não caberia ao Conselho analisar cada artigo
1103 do texto apresentado. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que o envio de
1104 recurso da SENASP e do DEPEN, deveria ser vinculado ao cumprimento do que está
1105 descrito no projeto de Lei e nos acordos internacionais, quanto a independência da
1106 perícia e a investigação criminal. Disse que se o Projeto de Lei for aprovado não
1107 significa que será cumprido. A participante **Marina Lacerda e Silva (MJ)** respondeu
1108 que esse projeto tem emendas, mas que ainda não foram aprovadas. Disse que para o
1109 Ministério da Justiça esse Projeto é prioritário. Em seguida concordou com o
1110 conselheiro Everaldo Patriota, mas que o Projeto de Lei determina passo a passo o que
1111 deve ser feito em uma investigação criminal, facilitando que a união cobre dos estados.
1112 O conselheiro **Cristian Ribas (ENEGRECER)** disse que teve a oportunidade de
1113 participar do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, onde acompanhou,
1114 junto com o CONJUVE, o processo de construção e articulação do PL 4471/2012. Falou
1115 que o Deputado Paulo Teixeira, autor do projeto, articulou juntamente com
1116 organizações do movimento negro, do movimento de Direitos Humanos, a construção
1117 desse Projeto de Lei. Disse que neste momento, esse tema voltou a estar na ordem do
1118 dia devido aos fatos dos últimos meses, e nessa última semana, o Brasil viu um caso
1119 onde um policial forjou uma ação de autos de resistência por meio de um vídeo em que
1120 o policial coloca uma arma na mão da vítima e atira. O conselheiro **Ronaldo**
1121 **Guilherme (Polícia Federal)** completou dizendo que os Tribunais de Justiça Militar
1122 passam a fazer uma investigação da justiça comum que não cabe a eles, porque crime
1123 doloso contra vida cabe ao Tribunal do Júri, a Justiça Civil. O conselheiro **Ricardo**
1124 **Barreto (AMB)** disse que a discursão faz parte do seu dia-a-dia, que é Juiz Criminal de
1125 uma área muito violenta no estado do Ceará. Sugeriu alguns pontos que poderiam fazer
1126 para um policiamento melhor, que são: salário justo, a formação em treinamento
1127 adequado aos métodos modernos de atuação policial, a partir de uma visão menos
1128 militarizada das atividades e inclusão da disciplina de Direitos Humanos na formação de
1129 seu quadro, a polícia tem que ter essa disciplina, ela tem que ter contato com a
1130 disciplina. Disse também que a mudança de conceitos no sentido de incorporar o padrão
1131 da atuação policial, o respeito à vida e a dignidade humana dialoga diretamente com a
1132 questão da militarização da sua atividade. Disse que têm também questões indiretas que
1133 dialogam com a questão policial, como proteção a infância, direcionamento dos jovens
1134 em busca da sua profissionalização, ressocialização dos egressos do sistema
1135 penitenciário, construção de presídios de pequeno e médio porte em número suficiente
1136 em fixar os presos próximos de suas famílias com a garantia de atividades educacionais
1137 e profissionais que propiciem a tomada de rumos de vida. A conselheira **Maria Dirlene**
1138 **(RNFS)** disse que havia um consenso do apoio do Conselho à PL 4471/2012. O
1139 encaminhamento foi consensual em procurar formas de viabilizar a aprovação do
1140 Projeto de Lei e de se fazer uma agenda para que possam pressionar o Congresso para a
1141 sua votação. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** acrescentou que é importante
1142 identificar quais são os obstáculos parlamentares na tramitação e votação do PL. A
1143 conselheira **Maria de Lourdes (MNDH)** sugeriu mandar um expediente para a



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1144 Assessoria Parlamentar e que o Conselho procurar institucionalizar para que faça
1145 exatamente esse contato e levantamento. O Coordenador-Geral **Cledisson Junior**
1146 **(CNDH/SEDH)** relatou que os estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio
1147 de Janeiro são signatários da resolução que dá fim aos autos de resistência em seus
1148 territórios e é possível que haja mais alguns. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**
1149 comunicou que no mês de dezembro, a Plenária será em São Paulo e que a conselheira
1150 Maria de Lourdes fará o contato com o representante do CONDEPE Rildo Marques
1151 juntamente com o CNDH para organizar o encontro. O conselheiro **Leonildo José**
1152 **(MNPR)** relatou que o Conselheiro Estadual de Direitos Humanos, Carlos Henrique,
1153 encaminhou o caso da rebelião que aconteceu em Curitiba. Em torno de 23 rebeliões
1154 ocorreram no estado do Paraná desde dois mil e quatorze. No dia seis de outubro de
1155 2015 houve uma rebelião em um detento foi jogado de cima do telhado e faleceu. Disse
1156 ainda que alguns familiares estão sofrendo violência da polícia e pedem apoio do
1157 Conselho Nacional dos Direitos Humanos. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**
1158 recomendou que o Conselho manifeste preocupação e solicite informações sobre o que
1159 está sendo feito para apurar a situação e os procedimentos feitos para evitar novos
1160 acontecimentos. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** agradeceu a presença de todos e
1161 deu por encerrada a reunião.